

## Procurador-geral debate reforma do Judiciário

■ Cláudio Fonteles comparece à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na quarta-feira, para uma audiência pública sobre a proposta de emenda constitucional que tramita no Congresso há 11 anos. O requerimento convidando o procurador-geral foi do senador Antonio Carlos Magalhães (foto)

Página 5

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.743 - Brasília, segunda-feira, 21 de julho de 2003

## Plenário decide esta semana se proíbe o porte de armas

■ O projeto que regulamenta a fabricação, posse e porte de armas de fogo deve ser examinado quarta-feira pelos senadores. Conforme a proposta, aprovada quinta-feira por comissão mista, consulta popular em 2005 decidirá sobre a proibição de venda de armamentos

Página 3

### CAS discute licenciamento ambiental

Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que se reúne às 10h de amanhã, obriga a divulgação pela Internet das informações sobre a concessão de licenciamento ambiental.

Página 5

### Jefferson quer Exército na reforma agrária

O senador Jefferson Péres propôs em discurso que parte da responsabilidade pela implementação da reforma agrária seja transferida aos batalhões de engenharia do Exército.

Página 4



Márcia Kalume

## CPI DO BANESTADO

Para explicar as diversas operações de transferências de dólares ao exterior por meio de contas CC-5 durante sua gestão na Diretoria da Área Internacional do Banco Central, o economista Gustavo Franco será ouvido amanhã pela CPI Mista do Banestado, em reunião marcada para as 10h.

Página 3



**TEMA** Para Mozarildo, artigo de Agaciél Maia mostra a atenção do Senado à terceira idade

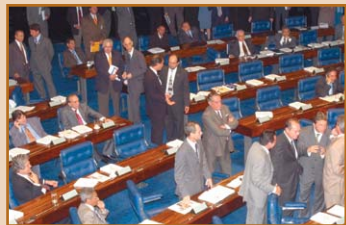
## Mozarildo registra artigo sobre idosos

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou artigo do diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, publicado pelo *Jornal do Brasil* no último dia 13. Para o senador, o texto, que analisa a atenção dada pelo Legislativo aos idosos, merece ser registrado nos Anais da Casa.

No artigo, Agaciél apresenta as iniciativas do Senado em benefício daqueles que estão hoje na chamada terceira idade. Ele informa que tramitam na Casa cerca de 30 matérias sobre o tema, sendo que a principal delas, o Estatuto do Idoso, de autoria do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agaciél destaca ainda a criação da Central do Idoso, uma ramificação do serviço *A Voz do Cidadão*, dedicada exclusivamente à terceira idade. "Até então, nenhuma instituição nacional dera tanta visibilidade à questão do idoso no país", diz o diretor-geral no artigo.

# Agenda



## Plenário discute bitributação amanhã

Na sessão de hoje, com início às 14h30, não haverá votação de matérias. Na sessão de amanhã, que começa no mesmo horário, os senadores devem analisar a proposta destinada a evitar a

dupla tributação e prevenir a evasão fiscal entre as Repúblicas do Brasil e do Chile, e o acordo de cooperação técnica entre os governos do Brasil e da África do Sul.

## CPI do Banestado ouve Gustavo Franco

Presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a CPI do Banestado, que investiga as

responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil por meio das contas CC-5, vai ouvir o

depoimento do ex-diretor do Banco Central Gustavo Franco na reunião de amanhã, às 10h.

## Comissão de Assuntos Econômicos vota indicação para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza sua reunião semanal amanhã, às 10h, para votar, entre outros itens constantes da pauta, a indicação de Luiz Alberto Esteves

Scaloppe para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, para um mandato de dois anos.



## CMO aprecia crédito para Justiça Eleitoral

A Comissão Mista de Orçamento tem reunião amanhã, às 14h30, para analisar projetos de lei e mensagens do Executivo, incluindo o relatório apresenta-

do ao Projeto de Lei 03/03, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito no valor de R\$ 4,078 milhões.

## Audiência pública com procurador-geral

Para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que trata da reforma do Judiciário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza audiência pública, na quarta-feira,

com o procurador-geral da República Cláudio Lemos Fonteles. Antes da audiência, às 10h, haverá votação dos projetos que tratam das novas regras para posse e porte de armas.



## Exclusão social na CAS

Para discutir o projeto que institui o mapa de exclusão social e estabelece metas e normas na gestão social do Estado, e o que determina que informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas pela internet, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), se reúne na quarta-feira, às 10h.

## Lançamentos de livros

Na quarta-feira, às 19h, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lança a segunda edição do seu livro *Donna Iris, histórias de vida e de política, passeios literários e receitas para cozinhar com amor*. No mesmo dia, às 18h30, haverá o lançamento do livro *Matriz Energética Brasileira - Da crise à grande esperança*, do ex-senador e governador do Sergipe, João Alves Filho.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**PROFISSÃO** Fotógrafos usam equipamentos sofisticados e caros, argumenta Agripino

## Agripino isenta fotógrafos de impostos

Projeto do senador José Agripino (PFL-RN), que tramita em caráter de decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), propõe a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos e materiais por fotógrafos profissionais, desde que sejam utilizados exclusivamente no exercício da profissão. A isenção do Imposto de Importação não se aplicaria a produto importado que tenha similar nacional. Os produtos nacionais ficariam isentos do IPI.

Agripino lembra, na justificativa da proposta, que os profissionais da fotografia cada vez mais necessitam de sofisticados equipamentos e materiais que são, em sua maioria, importados e caros. Ele argumenta que esses impostos indiretos de competência da União que incidem sobre os equipamentos "constituem pesado gravame a sobrecarregar a vida esforçada desses denodados trabalhadores nacionais e de suas sacrificadas famílias, sobretudo na atual conjuntura econômica, de abertura crescente nas economias domésticas".

O IPI incide sobre produtos industrializados nacionais e estrangeiros, mesmo que parcialmente, conforme estabelece o Decreto 4.544, de 2002. Já são imunes da arrecadação, por exemplo, livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. O Imposto sobre Importação, também recolhido pela União, durante muito tempo foi a principal receita tributária brasileira. Segundo a Receita Federal, em 2002, foram arrecadados R\$19,6 bilhões com o IPI e R\$ 7,9 bilhões com o Imposto de Importação.

## Gustavo Franco deve falar na CPI do Banestado sobre remessas ilegais

Está marcado para amanhã, às 10h, o depoimento do ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Franco na comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que apura a evasão de divisas do país por meio das contas CC-5 (CPI do Banestado). O depoimento foi aprovado na reunião de terça-feira passada, a partir de solicitação do relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP).

Franco terá de explicar as diversas operações de transferências de recursos irregulares ocorridas durante sua gestão à frente do BC. A CPI quer saber o que o ex-presidente tem a dizer sobre a portaria que baixou em 1996, quando era diretor da Área Internacional do banco, permitindo o transporte de valores por carros-fortes na fronteira entre Brasil e Paraguai.



Waldemir Rodrigues

**PORTARIA** Gustavo Franco autorizou transporte de valores por carros-fortes na fronteira

A situação de Gustavo Franco perante a comissão complicou-se com o depoimento do ministro Adylson Motta, do Tribunal de Contas da União (TCU), realizado na mesma terça-feira em que ficou definida sua convocação. Motta informou aos senadores que o TCU

considerou ilegal a portaria.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), afirmou que até o final do mês deve estar pronta a documentação necessária para renovação de pedido aos Estados Unidos visando a quebra de sigilo das contas do Banestado em Nova York. Nesta quarta-feira, os membros da CPI vão à embaixada americana tratar do assunto.

Juntamente com outros integrantes do colegiado, Antero Paes de Barros esteve no final da semana no Paraná. Os parlamentares se encontraram com o governador Roberto Requião (PMDB), com deputados estaduais que participam da CPI do Banestado na Assembleia Legislativa e também com integrantes da força-tarefa que investiga o caso.

## Parlamentares recolhem dados no Paraná

Representantes da CPI do Banestado estiveram reunidos na sexta-feira, em Curitiba, para a primeira reunião com integrantes da força-tarefa paranaense que investiga o esquema de remessa ilegal por meio das contas CC-5. O objetivo do encontro foi cruzar as informações já apuradas pela CPI e pela força-tarefa.

Os integrantes da força-tarefa, que investigam o caso desde 1997, fizeram um relato detalhado dos trabalhos apurados pelos técnicos do Banco Central e da Receita Federal. Eles disseram aos membros da CPI

que dentro de 70 dias irão apresentar à Justiça Federal as primeiras denúncias contra o esquema de evasão de divisas no Paraná.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros, disse que o encontro foi bastante produtivo e que, em vista do grande avanço nos trabalhos da força-tarefa, a comissão evitará perder tempo.

A força-tarefa é composta por integrantes da Procuradoria Geral da República, da Receita Federal e da Polícia Federal no Paraná. Participaram da reunião procuradores e delegados

da Polícia Federal.

Também estiveram presentes ao encontro o relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP); o vice-presidente, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ); a senadora Ideli Salvatti (PT-SC); o deputado Paulo Bernardo (PT-PR); a deputada Dra. Clair (PT-PR), além do delegado da Polícia Federal Fernando Aires, que está assessorando a comissão.

Antes do encontro, os parlamentares estiveram reunidos com o governador Roberto Requião, que garantiu a assistência necessária à investigação das denúncias.

## Valadares defende punição exemplar

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) divulgou, na íntegra, o depoimento do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Motta na CPI do Banestado, por entender que a questão exposta por ele resultou em grandes prejuízos para o país, alegando necessidade de que o crime de evasão de divisas para paraísos fiscais deve ser desvendado para que ocorra exemplar punição dos culpados.

Em seu depoimento na última terça-feira, Motta destacou que o papel do tribunal limitou-se à fiscalização da ação do Banco Central, já que suas competências não incluem fiscalizar as operações financeiras específicas.

Segundo Motta, o TCU concluiu que o ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central Gustavo Franco e o ex-chefe do Departamento de Câmbio do Banco Central, José Maria Ferreira de Carvalho, foram responsáveis por autorizações que permitiram a remessa para o exterior de recursos no montante de R\$ 15,5 milhões, no período de julho de 1996 a novembro de 1997.

Ainda segundo o relatório do ministro do TCU, as autorizações irregulares somente foram revogadas em 28 de dezembro de 1999, depois que já tinham sido remetidos para o exterior, por intermédio das contas CC-5, cerca de R\$ 84 bilhões.

Motta alertou para a dificul-



Rosenelt Pinheiro

**DEPOIMENTO** Antonio Carlos Valadares divulga informações prestadas por ministro do TCU

dade de identificar os responsáveis por transações ilícitas e rastreamento e recuperação dos valores transferidos, devido ao fato de as autorizações irregulares terem sido feitas sem registro adequado de origem, destino e finalidade dos recursos.



José Cruz

**RIGOR** Proposta que será examinada pelo Plenário estabelece pena de até 12 anos de prisão pelo porte de arma de uso restrito

## Senado votará proibição do porte de armas

Está na pauta de quarta-feira relatório que anula em 90 dias todos os portes de armamentos no país

O projeto que regulamenta a fabricação, o depósito, a posse e o porte de armas de fogo, que já vem sendo chamado de Estatuto do Desarmamento, é o principal assunto a ser tratado no Plenário do Senado nesta semana. Na quarta-feira, os senadores deverão votar o relatório do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) que anula, em um prazo de 90 dias, todos os portes de armas em vigor no país. O relatório, aprovado na quinta-feira pela comissão mista instalada para analisar as propostas relacionadas com o porte de armas, estabelece o pagamento de indenização para quem entregar sua arma ao poder público.

A proibição geral do comér-

cio de armas, que chegou a fazer parte de uma versão preliminar do parecer, foi retirada do texto. O projeto determina a realização de consulta popular em outubro de 2005 sobre a proibição da venda de armas. O texto torna mais grave a punição para o tráfico de armas. Pela legislação atual, esse crime tem pena máxima de quatro anos de reclusão. O texto do deputado impõe penas de quatro a oito anos para quem importar ou exportar arma de fogo sem autorização de autoridade competente. Além disso, se a arma for de uso restrito ou proibido, a punição pode chegar a 12 anos de reclusão.

### Acordos

O Plenário deve votar amanhã dois acordos internacionais. O primeiro, com o Chile, estabelece formas de evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto de Renda. O segundo, com a África do Sul, é um acordo de cooperação técnica.

### Principais pontos do projeto

**Consulta popular** – Uma consulta popular está marcada para outubro de 2005, quando se decidirá se o comércio deve ser proibido. Até lá, as armas só poderão ser compradas por maiores de 25 anos que comprovem a necessidade e a habilidade técnica e psicológica para o manuseio da arma. O registro só será emitido pela Polícia Federal depois de autorizado pelo Sistema Nacional de Armas (Sinarm), do Ministério da Justiça.

**Posse e porte ilegal** – A posse fora das regras estabelecidas pode ser punida com até três anos de prisão. A pena chega a seis anos se a arma for de uso

restrito ou proibido. O porte ilegal poderá ser punido com quatro anos de prisão – seis anos para arma de uso restrito ou proibida. Em ambos os casos não há a possibilidade de concessão de liberdade provisória.

**Porte** – Será permitido para policiais, militares, agentes da Agência Brasileira de Inteligência, funcionários de empresas de segurança em serviço, guardas penitenciários, guardas municipais das capitais ou de cidades com mais de um milhão de habitantes e para esportistas.

**Tráfico** – Poderá ser punido com até 12 anos de prisão.



**INTERIORIZAÇÃO** Trecho ligaria Porto de Vitória (ES) a Corumbá (MS), sugere Magno Malta

## Magno Malta propõe criação de rodovia

O senador Magno Malta (PL-ES) defende, por meio de projeto de lei, a criação de trecho rodoviário entre o Porto de Vitória (ES) e a BR-262, que liga a capital do Espírito Santo à cidade de Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia.

Segundo Magno Malta, a nova rodovia de ligação é importante por reduzir o custo dos transportes e eliminar o tráfego de caminhões provenientes do porto com destino às rodovias federais BR-101 e BR-262, que atualmente utilizam vias urbanas municipais e estaduais da Grande Vitória, prejudicando o trânsito da cidade.

O projeto está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

## Virgílio defende acesso à Zona Franca Verde

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apelou ao ministro dos Transportes, Anderson Aduato, para que seja construída uma rodovia na divisa entre os estados do Amazonas e do Acre, ligando as cidades de Envira (AM) e Feijó (AC), numa extensão de 96 quilômetros.

De acordo com o senador, trata-se de um pedido da população dos dois municípios, que têm a via fluvial como única alternativa de transporte e, mesmo assim, somente em alguns meses do ano. Arthur Virgílio relatou que recebeu o pedido de construção da rodovia na forma de documento assinado pelo prefeito e pelos vereadores de Envira.

Arthur Virgílio explicou que a cidade é um importante centro agrícola do Amazonas, localizando-se na chamada Zona Franca Verde.

– Envira anseia por meios de escoar sua produção – disse.

# Jefferson: Exército pode realizar a reforma agrária

■ Para o senador, escolha de militantes do MST como dirigentes do Inbra tira legitimidade do governo

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) propôs em discurso que a responsabilidade pela execução da reforma agrária seja transferida aos batalhões de engenharia do Exército brasileiro. As unidades, segundo ele, dispõem "de infra-estrutura, experiência, recursos humanos e, sobretudo, credibilidade e respeitabilidade necessárias" para assumir o trabalho.

A foto publicada nos jornais, do presidente Lula usando boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), "tem o cheiro xoxo da revelação de um segredo de polichinelo", disse o senador.

De acordo com Jefferson, o presidente da República de-



**EXPERIÊNCIA** Exército terá "nova missão que lhe dê sentido", defende Jefferson Péres

monstrou partidização da política de distribuição de terras ao nomear "o militante Miguel Rossetto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e entregou as delegacias regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) a dirigentes do MST". Muitos desses di-

rigentes, acrescentou, contam com "experiência de numerosas ocupações ilegais de propriedades".

Jefferson considera que a "partidarização do MDA e dos quadros dirigentes do Inbra retirou dessas estruturas qualquer vestígio de autoridade e legitimidade para conduzirem essa reforma". Ele lembrou que agricultores e pecuaristas de todas as regiões do Brasil "multiplicam apelos desesperados aos ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, descrentes que estão da imparcialidade dos fiscais do Inbra".

Para o senador, com sua proposta, todos ganharão: o governo, por restaurar sua autoridade; a sociedade, com a paz no campo e o desenvolvimento; os camponeses, com a conquista da tranquilidade; e, principalmente, o próprio Exército, que encontrará "uma nova missão que lhe dê sentido".



**SEMELHANÇA** Região apresenta as mesmas carências que Goiás, justifica Aelton Freitas

## Aelton pede FCO para Triângulo Mineiro

O senador Aelton Freitas (PL-MG) apresentou projeto de lei para incluir 58 municípios integrantes da região conhecida como Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, como beneficiários do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). A proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que tomará decisão terminativa. A matéria só irá à deliberação do Plenário se pelo menos nove senadores o requererem.

Conforme justifica o senador, o Triângulo Mineiro tem característica semelhante a Goiás.

– Ambas as regiões constituem-se, na prática, em uma só economia, com as mesmas potencialidades e carências. Os municípios do Triângulo Mineiro enfrentam dificuldades na atração de investimentos, tendo em vista a desvantagem competitiva em relação a seus vizinhos que contam com os recursos do FCO – justifica Aelton.

## País precisa de justiça social, diz Reginaldo

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) defendeu um país mais justo e equilibrado socialmente, fundamentando-se no artigo "O ABC da miséria", escrito pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Na matéria, Eduardo protesta contra os índices de desemprego no Brasil e lamenta a fila de 20 mil candidatos que se formou no Rio de Janeiro, para um emprego de gari.

"O concurso não é para uma vaga de gari. É para uma vaga de cidadão", afirma Eduardo no artigo citado por Reginaldo Duarte, que ressalta a esperança de toda a população brasileira de que a situação no país melhore.

## Lúcia Vânia cobra medida para conter invasões

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) voltou a cobrar do presidente Lula imediatas providências no sentido de colocar um ponto final nas constantes invasões de propriedades rurais patrocinadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast).

Segundo a senadora, a onda de invasões está causando tensão no campo, agravando ainda mais o problema da questão agrária em todo o país. Ela disse estar apreensiva diante das recentes invasões ocorridas no Pontal do Paranapanema (SP),



**QUESTÃO AGRÁRIA** Avanço do MST e Mast agrava tensão no campo, alerta Lúcia Vânia

onde cerca de 200 famílias ergueram barracos em um terreno pertencente à Rede Ferovi-

ária Federal S.A, sob o comando do Mast.

Com base no jornal *O Estado de S. Paulo*, a senadora informou que o Mast é apoiado pela central de trabalhadores da Social Democracia Sindical, atualmente mais afinada com a oposição ao governo Lula. Somente em São Paulo, observou, o movimento controla 24 acampamentos, principalmente na região oeste, e tem cerca de 2,4 mil famílias acampadas.

Lúcia Vânia aplaudiu editorial do *Jornal do Brasil* que pede penas mais duras, dentro da lei, para as pessoas que invadem propriedades produtivas.

## Ana Júlia quer fundo para compensar estados

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) voltou a defender a adoção de fundo de compensação das perdas dos estados com a desoneração das exportações imposta pela chamada Lei Kandir. A proposta da senadora é de que o crédito tributário dos exportadores seja transformado em títulos a serem utilizados no pagamento de tributos federais. A União, posteriormente, utilizaria esses recursos para compensar os estados.

A parlamentar citou artigo do tributarista Fernando Facury Scaff, publicado no jornal *O Liberal*, no último dia 6. Segundo Ana Júlia, o especialista demonstra ser viável a solução proposta por ela.

– Haveria o ressarcimento dos estados exportadores de matérias-primas e semielaborados penalizados com a desoneração, como é o caso do Pará, sem onerar a União e sem deixar de estimular a geração de



**SOLUÇÃO** Ana Júlia propõe que estado exportador transforme crédito em título

superávits na balança de transações internacionais – disse.

# Procurador-geral fala quarta-feira na CCJ sobre reforma do Judiciário

Projeto tramita no Senado desde 2000 e já foi aprovado pela comissão, mas não chegou ao Plenário

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, comparece ao Senado na quarta-feira para discutir a proposta de reforma do Judiciário. Fonteles participará, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de audiência pública destinada a instruir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do assunto e tramita no Congresso Nacional desde 1992.

Em 2000, o texto aprovado na Câmara dos Deputados chegou ao Senado. Relatado pelo então senador Bernardo Cabral, o projeto foi aprovado na CCJ, mas não chegou a ser votado pelo Plenário. O governo preferiu voltar a discutir o assunto e a audiência com o procurador-geral é um passo nesse sentido. O requerimento para a solicitação da audiência é de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Antes da audiência, a comissão vota cinco projetos relacionados ao comércio, porte e posse de armas, condensados em um único relatório do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), e que devem ir a Plenário ainda na quarta-feira.

## Grupos técnicos

O desejo do governo federal de rediscutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Poder Judiciário levou o Ministério da Justiça a criar, no início deste mês, uma secretaria voltada exclusivamente para o estudo dos temas ligados à reforma, coordenada pelo advogado Sérgio Renault. A secretaria estabeleceu quatro grupos técnicos para analisar os pontos mais polêmicos da PEC, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no final de 2002.

O trabalho dos grupos será coordenado por juristas de renome nacional, convidados pelo ministro Márcio Thomaz Bastos. Entre eles está o advogado e ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira.



REDISSCUSSÃO A CCJ recebe Cláudio Fonteles para ampliar o debate sobre mudanças na Justiça

## Maior clareza para licenças ambientais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quarta-feira, às 10h, para analisar projeto de lei que torna obrigatória a disponibilização, na Internet, das informações sobre licenciamento ambiental, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e que tem como relatora a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Na justificativa da proposta, Aloizio Mercadante salienta que a sociedade civil pode funcionar como parceira dos órgãos ambientais, tornando mais eficaz a atuação do Ministério Público.

O senador lembra ainda que a lei que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente obriga todos os empreendimentos potencialmente polui-

dores ou capazes de causar degradação ambiental a se submeterem a procedimento e licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental estadual. No caso de atividades e obras com impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, o licenciamento passa a ser responsabilidade do Ibama.

“Como todo procedimento administrativo, o licenciamento ambiental subordina-se ao princípio da publicidade. O texto da Constituição federal, inclusive, reforça isso explicitamente, ao exigir publicidade para o estudo prévio de impacto ambiental, que integra o licenciamento ambiental de empreendimentos com maior potencial de degradação do meio ambiente”, expli-



MUDANÇA Projeto de Jereissati altera resolução anterior sobre saneamento financeiro do BEC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã projeto de resolução do Senado, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autorizando a liberação de crédito de R\$ 954 milhões ao estado do Ceará, provenientes do Banco Central e da Caixa Econômica Federal. Jereissati quer alterar resolução anterior, de 1999, que previa o saneamento financeiro do Banco do Estado do Ceará (BEC), para que, em etapa seguinte, a instituição fosse privatizada ou extinta. Pela alteração, ficam desvinculados da destinação



PUBLICIDADE Mercadante cita princípio da administração pública para justificar projeto

ca o senador.

Está em pauta também projeto da Câmara que institui o mapa da exclusão social, criando metas e normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado. A relatora da proposta é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

## Raupp adverte para crise com a hemodiálise

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a manutenção das clínicas de hemodiálise, para tratamento de pacientes com doenças renais crônicas, está praticamente inviabilizada pela escassez de recursos, aumento nos preços dos medicamentos e atrasos nos repasses do Ministério da Saúde. O Centro de Hemodiálise de Vilhena (RO), disse o senador, está sob risco de fechamento em função da crise.

– Estamos cansados de ouvir que as dificuldades da saúde pública continuam sendo fruto da insuficiência de recursos. Onde está o dinheiro proveniente da CPMF? A saúde é ou não uma obrigação do Estado? – questionou.

Raupp lembrou que as clínicas atendem cerca de 65 mil pacientes renais carentes.

## Papaléo alerta sobre ameaça da obesidade

O Sistema Único de Saúde (SUS) gasta cerca de R\$ 600 milhões anuais com internações relativas à obesidade, afirmou Papaléo Paes (PMDB-AP). Dados apresentados pelo senador indicam que o Brasil é o sexto país em incidência de obesos em todo o mundo – 70 milhões de brasileiros estão acima do peso recomendável. E, além do custo direto das internações, há outros impactos socioeconômicos relacionados à obesidade.

– Faltas ao trabalho, licenças médicas e morte precoce se inscrevem entre as mazelas associadas ao excesso de peso. Esses são ônus com os quais o Brasil não pode arcar sem comprometer seu projeto de desenvolvimento – relatou Papaléo Paes, que sugeriu investimentos maciços em programas de reeducação alimentar.



Raupp diz que falta de verbas não é justificativa



Papaléo: saída é a reeducação alimentar

## Simon destaca discursos que fez nos anos 90

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu a inclusão nos Anais do Senado de dez textos que preparou ao longo dos anos 90 sobre temas que continuam na agenda das preocupações nacionais, como má distribuição de renda e reforma agrária. Na semana passada, Simon solicitou a inclusão nos Anais de textos de sua autoria sobre corrupção. Simon selecionou também textos em homenagem a grandes figuras da vida brasileira, como Barbosa Lima Sobrinho e o ex-senador Teotônio Vilela.



**ATUALIDADE** Assuntos abordados por Simon continuam na agenda nacional

Os títulos dos textos são os seguintes: "A reforma agrária e os pequenos municípios", "Em defesa de uma revisão constitucional", "Resgatar a revisão constitucional", "Recuperar o Poder Legislativo", "Sobre o (des)prestígio do Congresso Nacional", "Teotônio Vilela, a imagem do sementeiro", "Linha de vida ao doutor Barbosa", "Homenagem a Darcy Ribeiro" e "Lanterna de popa".

Sobre a reforma agrária, o senador disse que o histórico fluxo migratório para as grandes cidades, em busca de oportunidades, deixou para trás, nas pequenas cidades de regiões mais pobres, um imenso vazio econômico. E nas metrópoles, o resultado foi o inchaço, as favelas, a marginalização urbana.

O Brasil é, assim, o país de maior concentração de renda do mundo. Por isso, ele defende a reforma agrária com assentamentos próximos aos núcleos urbanos de origem das populações rurais expulsas para as cidades. "Resgatam-se, com isso, os traços culturais e sociais perdidos com a migração", explica. O segundo caminho seria o fortalecimento dos municípios de pequeno porte e das regiões mais pobres.

Em outro texto, este sobre o ex-senador Teotônio Vilela, Pedro Simon diz que ele não morreu, mas "Deus apenas lhe pediu um aparte". Afirmo o senador que Teotônio, que trazia Deus até no nome, encarnou em seu tempo a imagem do sementeiro, "alguém que planta idéias e exemplos".

## MÃO SANTA PEDE RECUPERAÇÃO DE RODOVIA ENTRE TERESINA E PARNAÍBA

Diferentemente da matéria publicada pelo *Jornal do Senado* na página 7 da edição de quinta-feira, dia 17, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao governo federal, durante discurso feito em Plenário, a realização urgente de obras de recuperação da rodovia que liga Teresina a Parnaíba, litoral piauiense, e não ao litoral baiano.



**Mão Santa**

## AZEREDO PROPÕE O USO DO FGTS PARA PAGAMENTO DE ANUIDADE

O Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou dos dependentes, de até 24 anos de idade.

Pela proposta, o uso do FGTS fica limitado a 70% do valor da parcela e ao saque total de no máximo 30% do saldo da conta, diferentemente do que foi publicado na edição de ontem do *Jornal do Senado*. Outra condição é o estudante estar matriculado em curso de ensino superior de instituição registrada no Ministério da Educação.

Para Azeredo, a aprovação desse projeto facilitará a obtenção de um título de nível superior pelos trabalhadores e seus dependentes sem provocar a descapitalização do FGTS.



**Azeredo**

# Jornal do Senado informará número de projetos citados

Objetivo é facilitar consultas e pesquisas dos leitores. Novidade vigora a partir de amanhã

Atendendo à solicitação de nossos leitores, o *Jornal do Senado* passa a informar, a partir da edição de amanhã, os números dos projetos citados nas matérias publicadas. O objetivo é facilitar consultas e pesquisas realizadas por parte significativa dos assinantes. Com isso, os leitores que desejarem conhecer na íntegra as propostas podem acessar o endereço do Senado na Internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) ou

### JORNAL DO SENADO

#### Comissão proíbe a posse e o porte de armas de fogo

Somente profissionais de segurança e esportistas serão autorizados a possuir e portar armamentos, conforme proposta aprovada ontem por comissão de senadores e deputados. Também ficam proibida a fabricação e a venda de armas de brinquedo



Simon e delegados se queixam em CPI



Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

Simon e delegados se queixam em CPI

e também estão disponíveis na Internet em tempo real, com fotos.

O *Jornal do Senado* recebe, em média, 500 correspondências por mês, contendo sugestões e recados para os parlamentares. As mensagens são encaminhadas aos gabinetes, e as sugestões, analisadas pela equipe. Desde o mês passado, porém, aumentou significativamente a quantidade de mensagens enviadas por conta das mudanças do projeto gráfico, que deu cores ao jornal desde o dia 26 de maio. A reestruturação, solicitada pelo presidente da Casa, José Sarney, e elaborada pelos profissionais do jornal, marca os oito anos de circulação do informativo.

### Leitores escrevem ao Jornal do Senado

O *Jornal do Senado* agradece as críticas e elogios recebidos, em especial, as mensagens enviadas pelos seguintes leitores:

- Câmara Municipal de Itapetininga (SP)
- Jornal Ênfase, de Búzios (RJ)
- Sindicato das Costureiras Trabalhadoras na Indústria do Rio de Janeiro
- Federação das Costureiras do Estado do Rio de Janeiro
- Doutor Ronaldo, deputado estadual, de Belo Horizonte (MG)
- João Alves de Almeida Filho, de Itaquaquecetuba (SP)
- Tancredo Bruno Porto, do Rio de Janeiro (RJ)
- Francisco Moraes do Nascimento Júnior, de José de Freitas (PI)
- Evandro Corrêa, de Manaus (AM)
- Antonio Seixas, de Magé (RJ)
- Franz Josef Hildinger, de Cubatão (SP)
- Manoel Vilela, de Brasília (DF)
- Oscar Martins Cerioni, de Jarinu (SP)
- Adilson Paim Câmara, de Carapicuíba (SP)
- Jesse Falcão, do Rio de Janeiro (RJ)
- José Rodrigues Neto, de Brasília (DF)
- Helio Rodrigues de Sousa, de Curionópolis (PA)
- Nestor Atílio da Silva Leite, de Bebedouro (SP)
- Amintas Eduardo Pereira, do Recife (PE)
- Moisés Soares da Câmara, de Brasília (DF)
- Mozart Justino Paz, de Sabará (MG)
- Inácio José Alves de Lira, de Lagoa de Velhos (RN)
- Rogério Vicente (via e-mail)
- José Marcos da Silva Andrade, de Santa Maria do Pará (PA)



## Arthur Virgílio convida os senadores para Amazontech

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) convidou os demais senadores a participarem da feira Amazontech 2003, que será realizada em Manaus de 24 a 27 de setembro próximo. Virgílio disse que estão sendo esperados 70 mil visitantes e estima-se que o volume de negócios ultrapasse os R\$ 30 milhões. Segundo ele, a feira é promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do governo do Amazonas, da Universidade Federal do Amazonas e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Virgílio explicou que mais do

que uma feira tecnológica, a Amazontech é um espaço privilegiado de negócios, intercâmbio técnico-científico e exposição de projetos ecologicamente corretos que visem a auto-sustentabilidade da região amazônica.

– O tema dessa terceira edição, "Novos rumos para a ciência e tecnologia e negócios sustentáveis", concentra em si os conceitos mais importantes para o desenvolvimento da região – afirmou.

Para o senador, é "absolutamente necessário" que a economia amazônica tenha como centro de gravidade o conceito "crucial" da auto-sustentabilidade. Ele assinou que, mais do que qualquer outro, o ecossistema amazônico é



Jane de Araújo

**EQUILÍBRIO** Para Virgílio, é essencial o conceito de auto-sustentabilidade

sensível à mínima alteração em seu equilíbrio.

– E a preservação desse equilíbrio é premissa fundamental para que a economia da Amazônia Legal se desenvolva sobre bases permanentes, seguras e sólidas.

## Valmir Amaral aplaude resultados da Petrobras

No primeiro trimestre deste ano, a Petrobras registrou o maior lucro líquido de sua história, afirmou o senador Valmir Amaral (PMDB-DF). Em comparação com o mesmo período do ano passado, o lucro da empresa passou de R\$ 860 milhões para R\$ 5,5 bilhões, um aumento de 540%.

De acordo com Valmir Amaral, além desse crescimento, outros números merecem destaque: a receita operacional líquida subiu 118% e a produção de petróleo cresceu 6%, com a média de 1.630.000 barris/dia.

O senador atribuiu o sucesso a uma "conjuntura favorável de fatores": a valorização do real frente ao dólar, que permitiu um recuo de

9,1% da dívida líquida neste trimestre, e, principalmente, os esforços da empresa e de sua equipe técnica. Ele destacou, ainda, que os fundos de ações da empresa obtiveram um ganho médio quase cinco vezes maior do que a rentabilidade da conta vinculada, favorecendo os pequenos investidores.

– Os números que transcrevi ago-

ra são dignos de comemoração, mas há outra informação que cumpre destacar: a capacidade de refino do Brasil está próxima de se esgotar – ressaltou, afirmando que a produção de óleo bruto está quase equivalente à capacidade de refino.

– Se nenhuma providência for tomada, as importações de derivados devem dobrar até 2010 – alertou.



Célio Azevedo

**RAZÕES** Queda do dólar foi uma das causadoras do bom resultado, disse Valmir Amaral



**ESFORÇO** Jucá registrou que tribunal está preparado para monitorar setores estratégicos

## Jucá elogia trabalho do TCU sobre agências

A publicação *O Controle Externo das Agências Reguladoras pelo Tribunal de Contas da União (TCU)*, editada pela Secretaria de Fiscalização e Desestatização da Secretaria Geral de Controle Externo, foi elogiada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). O volume explica de forma didática os mecanismos de fiscalização dos setores elétrico, de petróleo e gás natural, submetidos às agências reguladoras, segundo Jucá, e mostra o trabalho desempenhado pelo tribunal.

O TCU, disse o senador, preparou-se tecnicamente para acompanhar os setores de energia elétrica, telecomunicações, correios, portos, rodovias, ferrovias, transportes de passageiros interestaduais e internacionais, portos secos, petróleo e gás natural.

O parlamentar observou que o tribunal já identificou, por exemplo, que o Conselho Nacional de Política Energética "não tem atuado como proponente de uma política integrada", e que "falta planejamento da indústria de petróleo".

No setor elétrico, diz a publicação do TCU, há "falta de transparência no processo de revisão tarifária periódica" e de "afecção dos dados fornecidos pelo concessionário para a definição da base remuneratória utilizada na revisão".

## Lando cobra investimentos no setor elétrico brasileiro

■ Senador defende construção de gasoduto para gerar a energia que Rondônia precisa para crescer

O senador Amir Lando (PMDB-RO) conclamou o governo a dar início, de imediato, ao chamado "espetáculo do crescimento" – denominação dada pelo presidente Lula à prometida expansão da economia e à geração de empregos no país. Segundo o senador, é isso que o povo brasileiro espera e deseja, em especial a população de Rondônia, um dos estados que mais precisam de crescimento econômico e distribuição de renda.

Para Lando, a oferta de energia elétrica é fundamental em qualquer processo de desenvolvimento e de inclusão social, pois contribui para fixar o homem em suas comunidades, para a industrialização e para aumentar a produtividade agrícola e oferecer à popu-



Jone de Araújo

**OBRAS** Amir Lando reivindica a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira

lação o conforto da vida moderna.

No caso de Rondônia, no sistema de produção e distribuição que engloba também o Acre, a solução para a escassez de energia passa pela construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, observou o senador, capaz de alavancar o parque industrial da região e economizar R\$ 80 milhões mensais em gastos com energia term-

étrica. Amir Lando defendeu também a construção das duas hidrelétricas no Rio Madeira, que, somadas à usina termelétrica de Porto Velho, irão gerar 7 mil megawatts adicionais de energia.

Segundo ele, a agilização dos potenciais do estado também atenuará os grandes problemas nacionais relativos à produção de alimentos, geração de empregos e dinamização da balança comercial, contando ainda com a recuperação das estradas para viabilizar um escoamento mais eficaz da produção agrícola.

O senador afirmou que a ministra Dilma Rousseff, de Minas e Energia, tem demonstrado sensibilidade para as questões de geração de energia que afligem o Brasil e, em especial, o estado de Rondônia.

– Faz-se necessário que o governo federal tome a decisão política de viabilizar as ações concretas fundamentais para deslançar o processo de desenvolvimento econômico e social de Rondônia – concluiu.

## Virgílio critica os improvisos de Lula

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), aconselhou o presidente Lula a não falar mais de improviso, especialmente quando participar de reuniões com chefes de Estado estrangeiros, "sob pena de colocar no chão a reputação brasileira no exterior".

– Lula precisa ficar alerta para o efeito negativo de seus seguidos e pouco responsáveis improvisos – alertou Arthur Virgílio, ao considerar um "disparate" o presidente brasileiro ter afirmado no seminário sobre Governança Progressista, em Londres, que "os Estados Unidos primeiro pensam neles, segundo neles, e em terceiro tam-

bém neles".

O senador afirmou que, "gracinhas à parte", o discurso de Lula causou constrangimentos entre os participantes do encontro. O presidente da Polônia, Aleksander Kwasniewski, chegou a discordar das colocações do presidente brasileiro, "gerando um inconveniente bate-boca", observou.

Virgílio disse que a afirmação de Lula chegou a ser criticada pelos principais jornais londrinos, além de receber censura da embaixadora americana no Brasil, Donna Hrinak: "A declaração do presidente Lula não reflete o tipo de relação de colaboração que ele e o presiden-

te Bush estabeleceram durante sua bem-sucedida visita a Washington no mês passado".

O senador também leu editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* do último dia 15, criticando a fala de Lula, e citou trechos de artigo da jornalista Dora Kramer, no *Jornal do Brasil*, sobre o assunto.

– O recurso a piadas e ironias em reuniões formais pode até render um certo sucesso de público. Mas, de crítica, que é o que interessa nas relações internacionais, o resultado a médio e longo prazos certamente será prejudicial a Lula como interlocutor qualificado – escreveu a colunista.

## Pavan pede que governo mostre a que veio

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que, se o governo Lula acompanhasse as cartas dos leitores aos jornais, "quem sabe as coisas viessem a mudar um pouco". Segundo o senador, é bom para todos, e principalmente para o governo, dar uma olhada nessas cartas para ver o que pensam e do que reclamam os brasileiros.

Pavan destacou que o pouco que se pede do governo é que "comece de fato a mostrar a que veio".

– Iniciar logo as ações e programas tão prometidos e que o povo vem esperando com impaciência é um bom caminho. Bem melhor do que permanecer apenas no marketing. O povo, este mesmo povo que aparece em cartas dos leitores, pede pressa. Que tal atendê-lo? – sugeriu Leonel Pavan.

O senador disse que, lendo essas colunas, pôde tomar conhecimento de críticas à "invenção" de cotas para negros nas universidades, da indignação diante dos episódios de remédios que matam e de medicamentos falsificados e vendidos livremente no país, além de condenações às reivindicações dos juízes na reforma da Previdência e ao "pálido corte" de 0,5% na taxa básica de juros.



Waldemar Rodrigues

**CONSELHO** Pavan propõe que governo acompanhe reação popular pelas cartas aos jornais

## Projeto de Augusto beneficia consumidor

Os cadastros de dados de consumidores podem ser impedidos de conter informações negativas referentes a um período superior a dois anos. É o que propõe o senador Augusto Botelho (PDT-RR) em projeto que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Em sua justificativa, o senador argumenta que, considerando as dificuldades da população brasileira, especialmente nas camadas mais pobres, a impossibilidade de comprar parceladamente pode restringir o acesso até mesmo aos gêneros de primeira necessidade. Ele defende um acesso maior ao crédito, favorecendo o consumidor que há dois anos cumpre suas obrigações.

Augusto reconhece que cadastros de consumidores reduzem as exigências na hora de comprar, e que diminuem os riscos para as empresas, com conseqüente queda dos custos e dos preços dos produtos. "No



**DEFESA** Augusto quer reduzir para dois anos registro negativo em cadastro

entanto, esses cadastros devem ser rigorosamente disciplinados pela lei, a fim de evitar que se tornem instrumentos de abusos", justifica.

O parlamentar considera excessivo o prazo estabelecido pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que fixa o período máximo de cinco anos para a manutenção dos registros negativos contra o consumidor.

## Tourinho defende multa por atraso em serviços

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) comunicou em discurso a apresentação de projeto de lei que altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer multa de 2% do valor contratado para o fornecedor de produtos e serviços que não cumprir o prazo previsto para a entrega.

O parlamentar explicou que o código já considera a prática como abusiva, mas não estabelece uma sanção para a conduta. Para Tourinho, isso cria um desequilíbrio na relação de consumo, já que "os consumidores, quando atrasam o paga-

mento, sofrem sanção pecuniária".

O projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina que, na falta de uma previsão contratual do prazo para entrega, esta deve ser feita no primeiro dia útil subsequente à contratação.

O senador disse que, embora o código esteja em vigor há 12 anos (desde setembro de 1990), somente após a estabilização econômica o consumidor pôde deixar de se preocupar com a manutenção do poder de compra do dinheiro e passar a verificar a qualidade do produto, compará-lo com outros e saber o valor real que paga por ele.

– Se antes ele nem sabia que tinha direitos, depois do Código de Defesa do Consumidor ele aprendeu a reclamar – acrescentou.

Tourinho lamentou que alguns segmentos do mercado insistam em desprezar o código. A maior parte das queixas levadas aos órgãos de defesa do consumidor refere-se a planos e seguros de saúde, atividades bancárias e financeiras e serviço público, assinalou.



**AVANÇOS** Consumidor brasileiro aprendeu a reclamar, destaca Rodolpho Tourinho

## Antero: reforma é ruim para iniciativa privada

**■ Citando artigo de *O Globo*, senador adverte que aumento de contribuição não beneficia trabalhador**

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que os trabalhadores da iniciativa privada serão prejudicados pela reforma da Previdência, muito embora o governo de Luiz Inácio Lula da Silva "insista em dizer que isso não acontecerá". Para confirmar, o senador leu o artigo "Eu me elejo, nós tungamos, eles pagam", de Elio Gaspari, publicado no jornal *O Globo* do dia 9 de julho.

Segundo a matéria, a reforma da Previdência permitirá retirar cerca de R\$ 1,5 bilhão anuais do bolso dos trabalhadores da iniciativa privada. Atualmente, o empregado, lembra Gaspari, desconta 11% de seu salário até R\$ 1.869 e se aposenta recebendo no máxi-



**OPÇÃO** Para Antero, elevação do teto da aposentadoria deveria ser voluntária

mo esse teto. Quem ganha acima desse valor paga R\$ 205 por mês para a Previdência Social. A reforma eleva o teto da aposentadoria e da contribuição para R\$ 2.400. Isso significa que cerca de 1,2 milhão de pessoas que ganham acima de R\$ 2.399 pagarão R\$ 264 mensais. Uma diferença de R\$ 59 por mês.

O governo argumenta que o aumento do teto só vai bene-

ficiar os trabalhadores, mas, observou o jornalista, segundo relato do senador, o primeiro cheque de R\$ 2.400 só sairá do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) daqui a 24 anos. Segundo Antero, o colunista argumenta que os R\$ 59 mensais renderiam mais aplicados num fundo de previdência privada. Mas o governo não dá essa opção ao trabalhador, obrigando-o a contribuir mais para o INSS.

Para o autor do artigo, o aumento do teto é hipócrita porque "tunga a patuléia dizendo que o faz em seu benefício, quando na realidade quer apenas fazer caixa".

Outro trecho, citado pelo senador, chama de autoritária a decisão do governo: "A tunga é autoritária porque é mandatória. Se houvesse respeito pelo bolso do trabalhador, o governo poderia pulverizar as argumentações contrárias (inclusive essa) informando que a mudança de teto seria voluntária".

## Pressões podem atrasar mudanças, diz Reginaldo



**Reginaldo: pressa afeta qualidade**

A reforma da Previdência proposta pelo governo pode se tornar apenas um arremedo, e o vaivém do Executivo em torno das mudanças demonstra a fragilidade das previsões de que a matéria seria aprovada sem dificuldades pelo Congresso. A observação foi feita pelo senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), baseado em editorial publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 12 deste mês. Para o senador, há o perigo de que as pressões que levam a mudanças na proposta original obriguem o governo a retornar à estaca zero. De acordo com o editorial intitulado "Vaivém na Reforma", citado pelo senador, "depois da forte pressão exercida sobre o Legislativo pelo presidente da República e pelos governadores os debates acerca das mudanças previdenciárias tornaram-se mais intensos, as resistências recrudesceram e os obstáculos ganharam vulto".

– O artigo é de extrema atualidade. Serve, inclusive, de aviso para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – disse o senador.

Ainda segundo o artigo do jornal, citado por Reginaldo Duarte, a pressa para a tramitação e aprovação da reforma no Congresso pode prejudicar a qualidade do texto e da lei que surgir a partir da aprovação da matéria.

– A pressa com que o governo encaminhou o projeto suscita suspeitas de que a qualidade da proposta tenha sido negligenciada – afirmou ele.

## Para Sérgio Guerra, governo impõe proposta



**Falta diálogo e negociação, alerta Guerra**

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) solicitou à Mesa a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do filósofo José Arthur Giannotti, intitulado "Carreiras atropeladas" e publicado no último dia 23 no jornal *Folha de S. Paulo*. Segundo o senador, o artigo é de extrema atualidade e a transcrição do texto "serve, inclusive, para alertar o presidente Lula sobre a maneira como o governo tem pressionado sua maioria no Congresso para impor a reforma previdenciária da forma como foi apresentada, evitando o diálogo e a negociação".

Na matéria, Giannotti diz que o governo só pretende tolerar mudanças "cosméticas" no texto da reforma da Previdência.

O filósofo afirma que nada parece mais adequado do que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, fazer convergirem no Congresso Nacional as negociações sobre a reforma da Previdência. "Basta, porém, atentar para a maneira como o governo coopta sua maioria no Congresso para perceber que a manobra visa cercar o diálogo e impor a reforma como ela está configurada".

Ainda no artigo citado por Sérgio Guerra, Giannotti comenta a questão da aposentadoria no setor público: "É um abuso o funcionário se aposentar precocemente, o inativo receber mais do que o servidor da ativa, e que integre no seu salário vantagens temporárias e assim por diante".